

# Núcleos coloniais estatais em São Paulo: instrumentos de apoio à acumulação nas atividades econômicas dominantes no pré e no pós 1930

**Cláudia Alessandra Tessari**

*Professora de Ciências Econômicas da EPPEN-Unifesp  
ctessari@gmail.com*

**Júlio Cesar Zorzenon Costa**

*Professor de Ciências Econômicas da EPPEN-Unifesp  
jczorzenon@uol.com.br*

**Resumo** *Este artigo estuda a colonização estatal do Estado de São Paulo em dois momentos, 1897-1911 e 1930-1944, mostrando que apesar dos contextos econômicos distintos uma de suas principais funções era apoiar a acumulação de capital nas atividades econômicas dominantes. Isto se evidencia pelo fato de que dos 24 núcleos coloniais criados em São Paulo, entre 1877 e 1911, 20, certamente, estiveram voltados a favorecer a acumulação de capital na economia cafeeira, principalmente por meio da oferta de força de trabalho temporária às fazendas de café, nos momentos de pico da atividade produtiva. Já após 1930, as propostas de criação de núcleos coloniais passaram a ter como objetivo despertar regiões adormecidas, por meio de pequenas propriedades agrícolas. Aspecto, sem dúvida, relacionado à introdução de novas áreas nos circuitos econômicos, no momento em que as atividades internas e a industrialização passavam a ser o centro economicamente dinâmico, tornando, assim, necessárias a integração e a ampliação do mercado interno. O trabalho argumenta, pois, que a colonização oficial paulista, mesmo apresentando características diferentes no pré e no pós 1930, comportou-se como importante instrumento de apoio, embora secundário, no desenvolvimento das atividades econômicas dominantes. Antes de 1930, os núcleos coloniais favoreceram o padrão de acumulação nucleado pela economia cafeeira e, no pós 1930, o novo padrão baseado na industrialização. Para tal, o trabalho interpreta os núcleos do período cafeeiro (1897-1911) como fornecedores de trabalhadores temporários para as fazendas de café e os núcleos criados pós-1930 - tendo como estudo de caso o Núcleo Colonial Barão de Antonina, principal núcleo criado em São Paulo, neste segundo período - como um laboratório de novas políticas colonizadoras voltadas a favorecer a industrialização.*

**Abstract** *This article studies the colonization of São Paulo State in two moments, 1897-1911 and 1930-1944, showing that despite the distinct economic contexts, one of state-supported colonization's main objectives was to stimulate the accumulation of capital in the dominant economic activities. This is evident considering that 20 out of 24 colonies created in São Paulo between 1877 and 1911 aided the accumulation of capital in the coffee industry, mainly due to the supply of the temporary workers for the coffee plantations, at the moments of peak demand. However after 1930, the creation of colonies concentrated in regions that were heretofore forgotten, through the organization of small agriculture properties. Without doubt, this change of direction occurred at the moment that industrialization became the dynamic center of the economy, bringing the need for the integration and expansion of the internal market. This article argues that the officially-supported colonization in São Paulo, although presenting different aspects pre and post 1930, served as an important, if secondary, tool in the development of the dominant economic activities. Before 1930, the colonial nucleus promoted the pattern of accumulation within the coffee industry and, post 1930 the new pattern was based on industrialization. This article views the colonies of the coffee farming period (1897-1911) as the providers of a temporary workforce for the coffee plantations and the colonies created post 1930 – highlighting the case study of the Barão de Antonina Colonial Nucleus, the most significant colony created in São Paulo during this second period – as a laboratory of new colonial policies encouraging industrialization.*

## Introdução: núcleos coloniais e padrões de acumulação

**O**s processos de ocupação econômica e populacional de determinado território, visando à sua posse efetiva e/ou ao estabelecimento de atividades econômicas complementares à atividade principal, estiveram presentes nas práticas colonizadoras desenvolvidas pelo Estado nacional brasileiro, desde a sua formação.

A questão-chave que guia este artigo é entender por que Estado se envolveu com a criação de uma estrutura agrícola baseada em pequenas propriedades – os núcleos coloniais –, numa Província/Estado cuja estrutura agrária, de caráter mercantil, se baseou na grande propriedade e cuja direção política, na maior parte das vezes, esteve nas mãos dos representantes dos grandes proprietários rurais.

A pequena propriedade rural, após a grande expansão cafeeira para o interior da Província/Estado não teve papel dominante. Atrelava-se ao setor economicamente mais dinâmico favorecendo a acumulação de capital neste setor. Os núcleos coloniais oficiais em São Paulo, iniciativas episódicas e experimentais de utilização da pequena propriedade, foram, portanto, elemento de favorecimento à acumulação de capital no setor economicamente mais dinâmico da economia, constituindo-se em iniciativas de favorecimento de formas de apropriação do sobretabalho do pequeno proprietário pelo setor dominante.

A criação e o desenvolvimento de núcleos coloniais em São Paulo por iniciativa do Estado, podem ser caracterizados em três períodos: i) 1829 a 1877, voltados ao povoamento e ao abastecimento de alimentos para os centros urbanos; ii) 1877 a 1911, voltados ao apoio à

acumulação cafeeira, com duas subfases 1877-1896 e 1897-1911; e, iii) pós 1927/30, destinada a despertar regiões adormecidas integrando novas áreas ao circuito mercantil.

A primeira fase voltou-se para a resolução dos problemas provocados pelo grande desenvolvimento da cafeicultura. Naquele momento o café avançava para o interior e ocupava grandes extensões de terra e seu preço, altamente estimulante no mercado exterior, dificultava a produção de gêneros alimentícios voltados ao abastecimento da capital paulista e dos centros urbanos que se desenvolviam e, até mesmo, de fazendas produtoras de café. Sendo assim, no período entre 1829 e 1877, os núcleos coloniais constituíram-se em alternativas para se encarar este problema da baixa produção de gêneros alimentícios (GADELHA, 1982).

A segunda fase ocorreu no momento de crise de superprodução da cafeicultura, com a diminuição dos preços internacionais do café. Essa crise correspondeu, simultaneamente, à diminuição do fluxo imigratório e da velocidade de expansão da cafeicultura. Essa segunda fase correspondeu ao período em que a criação de núcleos coloniais esteve mais diretamente ligada aos processos de acumulação de capital no complexo cafeeiro. Esta fase, segundo Gadelha (1987) pode ser dividida em duas subfases: 1877-1896 e 1896-1911.

Os núcleos criados em São Paulo no período 1877-1896 foram criados principalmente na região norte do Estado, em propriedades adquiridas pelo Estado em terras que se achavam esgotadas para plantio do café em grande escala ou eram impróprias para sua cultura. Voltaram-se, assim, a uma tentativa de valorização das terras esgotadas e de restauração da combalida economia do Vale do Paraíba (GADELHA, 1987).

Por outro lado, os núcleos criados entre 1897 e 1911, foram, em sua maioria, criados em terras próximas às grandes fazendas produtivas, como meio de se constituírem em locais de reserva de mão de obra temporária para estas. Imaginava-se que os núcleos pudessem reduzir o impacto da crise sobre os grandes proprietários e permitir a continuidade da acumulação de capital ao favorecer pela compressão dos salários, adequando a oferta e a remuneração da força de trabalho nos momentos de ociosidade e pico da produção cafeeira. Por isso, os núcleos efetivados nessa segunda fase localizaram-se no interior das antigas zonas cafeeiras e tiveram os seus lotes destinados a imigrantes recém-chegados<sup>1</sup>.

O Estado assumiu os ônus decorrentes da instalação destes núcleos coloniais oficiais, adquirindo terras marginalizadas ou estabelecendo parcerias com os grandes proprietários, companhias particulares de colonização ou com industriais.

Com a instalação de núcleos coloniais oficiais, o Estado cumpriria o seu papel de dinamizador da acumulação de capital na cafeicultura: ao ampliar a oferta de trabalhadores aos fazendeiros nos momentos de pico da produção cafeeira; ao procurar manter constante o afluxo de trabalhadores; ao assumir os custos da instalação desses núcleos, reduzindo as perdas dos cafeicultores; e, ao valorizar terras decadentes ou marginalizadas, incrustadas na zona cafeeira.

Os núcleos do período 1897-1911, ao atraírem pessoas que pretendiam se tornar pequenos proprietários, converteram-se em “viveiros” de mão de obra e em formas de valorização de terras marginalizadas ou não exploradas. Constituíram-se, assim, como áreas acessórias à

*1 Os núcleos coloniais da fase anterior destinavam-se a imigrantes antigos, portadores de um determinado pecúlio. Tal estratégia correspondia a uma forma de legitimação da Ideologia do trabalho. No caso da 2ª fase, os núcleos coloniais voltavam-se à propaganda, aos imigrantes, da possibilidade de acesso à terra.*

grande lavoura de exportação (FERLINI, 1993; TESSARI, 2012).

Após dezenove anos sem a criação de núcleos coloniais oficiais em São Paulo, ocorreu a criação do Núcleo Colonial Barão de Antonina (NCBA), no Município de Itaporanga, no sudoeste paulista. Observando a data de criação do NCBA, pelo decreto 4.740 de 16 de julho de 1930, é possível inferir que sua fundação esteve relacionada a motivos diversos daqueles que nortearam a constituição dos núcleos coloniais anteriores. Não mais se tratava de incentivar a produção cafeeira, em crise devido à depressão mundial. A mudança de rumos nos objetivos da colonização, por meio do NCBA, foi, inclusive, ressaltada pela Diretoria de Terras e Colonização (DTC), para quem “o NCBA seria o ponto inicial de uma nova política de colonização para o Estado de São Paulo” (A Colonização Oficial..., 1940).

A sua localização e a época de sua criação realçam a sua distinção em relação às experiências colonizadoras anteriores do governo paulista. A região de Itaporanga, onde o NCBA foi instalado, não fez parte das frentes pioneiras, ligadas à cafeicultura. Era, ao contrário, uma região de terras consideradas devolutas, habitadas por posseiros e entendida como adormecida (MONBEIG, 1994, 161). A época da criação do núcleo correspondia a um momento em que a cafeicultura se encontrava em sua maior crise e seria marcada, em seguida, pelas preocupações em reorientar a economia brasileira no rumo da industrialização.

Esse artigo objetiva, portanto, analisar a experiência da colonização oficial paulista como a tentativa de se criar áreas onde se desenvolvessem atividades econômicas subsidiárias às atividades dominantes e mais dinâmicas da economia da Província/Estado. Caracterizará a criação e a

instalação de núcleos coloniais em São Paulo, no período situado entre 1896 e 1911, como vinculadas ao complexo econômico cafeeiro paulista, principalmente como reservatórios de força de trabalho temporária às fazendas de café. Caracterizará a política colonizadora, após 1930, como uma política que objetivava a introdução de regiões adormecidas nos circuitos econômicos, a partir da produção de mercadorias destinadas a abastecer as indústrias e os centros urbanos em expansão.

Considerando que até a década de 1930 a economia brasileira, e a paulista em particular, caracterizavam-se por um padrão de acumulação primário-exportador, sustentado na economia cafeeira, e que, no pós 1930, houve uma importante alteração estrutural no capitalismo brasileiro (e paulista) com a emergência de um padrão de acumulação urbano-industrial, nucleado pela industrialização, este trabalho entende a criação e a efetivação de núcleos coloniais, nos dois períodos citados, como experiências concretas de realização da função a eles reservada, ou seja, a de favorecer a acumulação nos setores dominantes e mais dinâmicos da economia do estado de São Paulo.

Desta maneira, este artigo procura utilizá-los como expressão de um contexto e de concretização de princípios gerais daquilo que podemos definir como política de colonização oficial no estado de São Paulo. É importante, contudo, observar que, pelas próprias características do período, a efetivação dos núcleos coloniais, no pós 1930, vai paulatinamente se vinculando à política de colonização que foi se construindo no nível federal.

Este texto está estruturado em duas seções, além da Introdução e das Considerações Finais. A primeira seção apresenta a política de núcleos coloniais entre 1897 e 1911, caracteri-

zada pela formação dos reservatórios de mão de obra temporária para as colheitas das grandes fazendas. A segunda seção trata da experiência do Núcleo Colonial Barão de Antonina como um laboratório de novas políticas colonizadoras voltadas a favorecer a industrialização.

As principais fontes de pesquisa, além das bibliográficas, foram, para o período entre 1897-1911, a Revista Agrícola (veículo de divulgação da Sociedade Paulista de Agricultura), o Boletim de Agricultura do Estado de São Paulo, os Relatórios da Secretaria da Agricultura, Almanques Agrícolas de São Paulo e o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. Para o período posterior a 1930, foram utilizados relatórios, processos e boletins da Secretaria Estadual da Agricultura de São Paulo, de sua Diretoria de Terras e Colonização (DTC), relatórios e processos do Núcleo Colonial Barão de Antonina (NCBA) e boletins do Conselho de Imigração e Colonização.

## **Núcleos coloniais do Período 1897-1911**

Os núcleos coloniais estabelecidos em São Paulo no período que nos ocupa neste momento estão profundamente vinculados ao processo de acumulação de capital no complexo cafeeiro, principalmente no tocante à oferta de força de trabalho temporária às fazendas de café. Em 1905, o Secretária da Agricultura do Estado de São Paulo destacava em seu relatório os benefícios para o setor cafeeiro da criação dos núcleos coloniais:

Com a colonização das terras marginais das estradas de ferro em tráfego [...] teríamos dentro de alguns anos conseguido ao mesmo tempo multiplicar as fontes de riqueza pública pela variedade das produções – criar um número considerável de viveiros de trabalhadores rurais, aptos para prestarem seus serviços na

época das fainas agrícolas da lavoura cafeeira, e ipso facto, tornar intensivas as nossas culturas. Em vez da instabilidade de hoje, não obstante os pesados sacrifícios que custa ao fazendeiro a manutenção do excessivo pessoal permanente, teríamos então o trabalho regularizado, sem mais ônus que o do pagamento pelos serviços feitos. (SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, 1905, 294)

A cultura do café possuía grande variação na quantidade exigida de trabalhadores nas diferentes etapas de seu processo produtivo. Isso implicava dificuldades para a gestão da empresa rural no que se referia à contratação e à remuneração da força de trabalho. Tal problema se colocava da seguinte maneira: se o número de trabalhadores vinculados à fazenda, durante todo o ciclo produtivo, correspondesse ao número do momento de máxima necessidade, a empresa teria que, forçosamente, funcionar, em vários períodos, com grande ociosidade no trabalho. Se o número de trabalhadores fosse o correspondente aos períodos de menor necessidade de trabalhadores, ela correria o risco de não conseguir os trabalhadores em número necessário para os momentos de pico da produção (TESSARI, 2012). Para a empresa rural cafeeira, portanto, o ideal seria poder contratar a mão de obra somente nos momentos em que ela fosse realmente necessária, “sem mais ônus que o do pagamento pelos serviços feitos” (SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, 1905, 294).

Assim, naquele momento: a empresa rural cafeeira não poderia se dar ao luxo de contar somente com os seus trabalhadores permanentes, aqueles que a ela se vinculavam no regime de colonato, sob o risco de, nos momentos de colheita, principalmente nos anos de grande produção, ter de pagar altos salários na concorrência pela mão de obra, ou ter de abandonar parte da produção, por impossibilidade de colheita.

O problema acima descrito esteve na base da ideia de utilização de uma política de criação de núcleos coloniais que servissem como reservatório de força de trabalho que pudesse ser utilizada nos momentos de pico da produção cafeeira, na época da colheita.

Tal solução, no entanto, não se constituiu imediatamente. A ideia de utilização de núcleos coloniais, como forma de minimizar os problemas originados da sazonalidade do trabalho na produção cafeeira, foi sendo construída processualmente, a partir da tomada de consciência do problema e de questionamentos sobre a melhor forma de resolvê-lo.

Na origem dessa possível solução estava o fato de que, nos primeiros anos do século XX, alguns fazendeiros chegaram a questionar o regime de imigração subsidiada e o colonato. As quedas na lucratividade e na rentabilidade das empresas rurais cafeeiras, derivadas dos baixos preços do café no mercado internacional, do câmbio desfavorável e do problema da instabilidade da permanência do trabalhador nas fazendas (SALLUM JR., 1982; HOLLOWAY, 1984), punham em evidência as limitações no arranjo estabelecido para a formação do mercado de trabalho livre em São Paulo, a partir de meados do século XIX.

Naquele momento, as baixas expectativas em relação aos preços do café, do ponto de vista dos fazendeiros, e a existência de outras possibilidades de trabalho, com acréscimos nos salários, na perspectiva dos trabalhadores, se tornaram fatores de estímulo à saída de trabalhadores estrangeiros. O saldo migratório chegou a ser negativo em alguns anos. Ao mesmo tempo, a diminuição da entrada de divisas implicava uma tendência à menor capacidade de importação de força de trabalho. No Relatório da Secretaria da Agricultura de 1904, Carlos José de Arruda Botelho, Secretário de

Estado da Agricultura, escrevia:

Mas hoje, apoz dez annos de pesada experiencia, já é tempo de pensar-se em cousa mais estavel, que consulte a um tempo os sagrados interesses do lavrador e do seu collaborador, o colono, redunhando tudo afinal em beneficio do Estado, esgotado com este penoso trabalho das Danaïdes, a despejar entre nós, a custo de ouro, o trabalhador estrangeiro que jamais se fixa e se escoo sempre para fóra, levando consigo economias e familias. (SECRETARIA dos Negocios da Agricultura, 1904)

Assim, as críticas ao sistema de imigração subsidiada e ao regime de colonato se avolumaram. Essas críticas tinham por base vários aspectos, dentre eles: a) o gasto excessivo do Estado para trazer trabalhadores que ficavam por pouco tempo nas fazendas; b) o tipo de imigração que não dava atenção à necessidade de fixar este trabalhador no país; c) a rigidez do colonato, que mantinha o trabalhador na fazenda em momentos de ociosidade, limitava a capacidade de diminuição dos custos, tornando, inclusive, desvantajosa a mecanização de parte da atividade agrícola<sup>2</sup>.

Uma das alternativas postas para se alcançar o barateamento da produção, era a utilização de carpideiras, arados e grades, utilizando-se um maior número de trabalhadores apenas nos momentos de pico da atividade produtiva do café: o período das colheitas.

Há, na cultura do café, uma phase em que não se pode empregar as machinas: é a da colheita. A colheita de café reclama durante quatro meses, mais ou menos, um afanso trabalho. Nos paizes muito povoados, torna-se

<sup>2</sup> Mecanizar, na época, significava utilizar capinadores mecânicos, os quais reduziam significativamente a necessidade de mão de obra para a etapa do trato (capina do cafezal). O sistema de colonato era considerado um empecilho para a mecanização porque o uso dos capinadores exigiria a inutilização das terras entre as fileiras de café (onde os colonos costumavam plantar suas culturas alimentares) e, o que é essencial para nossa discussão, aumentaria a discrepância entre o quantum de trabalho necessário para a etapa do trato ou cultivo e o quantum de trabalho para a etapa da colheita, aumentando, portanto, o problema oriundo da sazonalidade da agricultura. (TESSARI, 2012)

muito facil esse serviço, porque se consegue de prompto o pessoal preciso; mas no Brasil isso não acontece; pelo que os fazendeiros são obrigados a manter um grande numero de trabalhadores durante todo o anno, unicamente por causa da colheita. Tem-se, pois, aqui, uma grande dificuldade contra o abaixamento do preço do café. (FAUCHÈRE, 1914, p. 402)

Apesar de o colonato prever a constituição de um reservatório de trabalhadores para fazer frente às épocas de sua maior demanda<sup>3</sup>, a força de trabalho permanente na fazenda, se mostrava, via de regra, ainda insuficiente nos momentos de pico. Um recurso, onde possível, era a utilização de sítiantes em trabalhos temporários.

Nesse sentido, a pequena lavoura de alimentos convertia-se em um reservatório de mão de obra para atividades sazonais do trabalho na cafeicultura. Nos locais onde as pequenas propriedades eram numerosas, havia também maiores possibilidades de temporários: “Nas regiões em que abundam as pequenas propriedades e nas quaes a cultura cerealífera é largamente praticada, há quase sempre abundancia de braços” (DUARTE, 1913, p. 304).

Nos locais onde a pequena lavoura de alimentos era insignificante ou onde a população disponível para trabalho temporário fosse rarefeita, as fazendas tinham que abrigar maior quantidade de famílias em regime de colonato. A existência de uma grande quantidade de famílias trabalhadoras imobilizadas no colonato transformava a oferta de mão de obra temporária inelástica.

Foi sendo amadurecida, por parte do governo dirigente do estado, portanto, a ideia de que esses reservatórios de trabalhadores temporários sazonais poderiam ser criados, onde não existis-

<sup>3</sup> O contrato de colonato previa o trabalho familiar, especialmente de mulheres e crianças que se juntavam aos trabalhadores nas épocas de colheita (SALLUM JR, 1982; STOLCKE e HALL, 1987)

sem. Esse foi o sentido do retorno, em São Paulo, da discussão da criação de núcleos coloniais oficiais no estado.

Os núcleos coloniais, ao criarem a pequena propriedade ao lado da grande, seriam os “viveiros de trabalhadores” onde as fazendas poderiam buscar a mão de obra para as épocas da colheita. Assim, combateriam a rigidez do trabalho, que persistia devido ao colonato, favorecendo uma maior elasticidade de mão de obra. Os núcleos coloniais no estado:

offerecerão em certa quadra do anno trabalhadores úteis e desoccupados que procurarão novos lucros na colheita que lhes proporcionará a lavoura cafeeira, dando logar a que esta poupe não só o empate na construção de numerosas casas, até aqui destinadas a manter os braços precisos para a garantia da safra, como os gastos avultados do custeio pela substituição das famílias de trabalhadores pelos instrumentos aperfeiçoados de cultura. (MALTA, 1905, 2)

Esses núcleos deveriam ser criados para uma produção agrícola que não exigisse grandes quantidades de trabalhadores nas mesmas épocas que a produção cafeeira, tais como a produção de cereais e do algodão, que tinham pico de demanda por trabalho intercalares ao pico de trabalho no café. Assim, poderiam formar viveiros de trabalhadores para as colheitas cafeeiras que:

sempre luctam os lavradores por falta de braços, que facilmente conseguirão nos nucleos, sendo as colheitas, como são, nos meses de desoccupação para elles e para suas famílias, podendo todos, com vantagens recíprocas, empregar-se naquela laboração. (GAVIÃO PEIXOTO, 1905, 34, grifo do autor)

Assim, para fornecedor de braços sazonais, os núcleos teriam de se dedicar a culturas cujas exigências de trabalho fossem intercalares

(calendário) às da grande propriedade. Deveriam, também, localizar-se em regiões com concentração de fazendas cafeeiras.

Era importante, além do mais, que os núcleos coloniais estivessem localizados próximos às fazendas para que o trabalhador pudesse se dirigir com facilidade às grandes propriedades, na colheita do café. A ferrovia seria, ainda, o meio de escoamento da produção dos lotes existentes no interior desses núcleos.

Devemos tratar de colonisar, em primeiro logar, as terras servidas por estradas de ferro e situadas dentro das zonas em que se encontram as fazendas de café e onde são abundantes as terras proprias para outras culturas [...] A colonisação ahi terá assegurado o seu bom êxito, não só porque os productos dos núcleos terão facilidade de transporte para os mercados, como tambem porque os colonos terão, na época em que lhes sobra tempo, trabalho seguro e remunerador na colheita e outros serviços da grande lavoura. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1905, 132)

Para viabilizar a política de núcleos coloniais como viveiros de braços temporários, no decreto que criou a Agência Oficial de Colonização e Trabalho, em 1906, previa, inclusive, o pagamento do transporte, ida e volta, dos trabalhadores dos núcleos coloniais para as fazendas, no período de colheita do café:

Art. 43. – Durante o período das colheitas, a Agencia Official de Colonização e Trabalho deverá providenciar de accordo com as instrucções do Secretario de Agricultura, no sentido de ser facilitado aos colonos localizados nos nucleos coloniaes o seu transporte de ida e volta em estrada de ferro, quando se ajustarem para trabalhar nas fazendas. (DECRETO n. 1.355 de 10 de abril de 1906)



Dessa forma, na visão de alguns líderes dos interesses cafeeiros em São Paulo, os núcleos coloniais passaram a contemplar, também, os interesses da grande lavoura. Por isso, a política de criação de núcleos coloniais foi reinterpretada, passando a ser avaliada positivamente (PETRONE, 1985; GADELHA, 1982). Desta maneira, a política colonizadora voltou a receber investimentos do governo do Estado de São Paulo. Em 1911, Pierre Dennis escrevia:

A vida em São Paulo é tão relacionada com a cultura do café que a nova política de colonização não teria tido chance de se tornar popular se os próprios fazendeiros não tivessem apoiado a ideia. Eles são mais alarmados que qualquer outro pela instabilidade do trabalho agrícola, porque a falta de braços no momento da colheita pode ser desastrosa [então] ponderaram que estabelecendo colonos proprietários a uma pequena distância das plantações de café, eles teriam à mão um corpo de trabalhadores que necessariamente lhes seriam um público fiel a quem eles poderiam recorrer no momento necessário. [...] Este argumento selou a aliança entre defensores da grande e da pequena propriedade. (DENIS, 1911, 226)

Em 1908, Antonio Candido Rodrigues, defensor da política de núcleos coloniais como viveiros de braços, abria o Relatório da Secretaria da Agricultura assegurando que a intenção da nova política sobre os núcleos não era concorrer com a grande lavoura em questão de braços:

No Estado de S. Paulo, onde predomina a grande lavoura e onde o Estado tira as suas rendas principalmente do seu quasi unico producto, o café, só se pode planejar e realizar uma colonisação razoavel e practica de maneira que aquella não venha a soffrer com esta, ou por outra, que continuem á sua disposição, como antes, os braços precisos. Porque da renda, que o café produz, é que tem de sahir as despesas a fazer com a colonisação. (RELATORIO da Se-

cretaria da Agricultura, 1908)

Assim, nas primeiras décadas do século XX, a política de núcleos coloniais fundados pelo Estado pode ser reanimada (se bem que em pequena medida), como um suplemento para as necessidades da lavoura de café, e não como um programa alternativo àquela lavoura.

É a fase que os núcleos coloniais criados localizavam-se em zonas cafeeiras, cortadas por estradas de ferro, passando a servir, dessa forma, aos interesses da grande lavoura como viveiros de trabalhadores (GADELHA, 1982). O fato de se localizarem nessas regiões daria a eles maior possibilidade de sucesso que os núcleos anteriormente criados no estado de São Paulo, visto que esses situavam-se, quase sempre, em lugares inconvenientes. Às vezes em terras excelentes, mas no fundo do sertão, sem vias de comunicação e longe dos mercados, às vezes perto dos mercados, mas em terras inférteis. (KULMANN, 1901, 3)

Em seis anos, entre 1905 e 1911, foram criados onze núcleos coloniais oficiais em São Paulo. Destes, apenas um estava localizado fora da área cafeeira, em Ubatuba. Os núcleos fundados entre 1905 e 1907, com sua respectiva localização, foram: núcleo Jorge Tibiriçá (localizado no atual município de Corumbataí, na época região pertencente ao 3º distrito agrônômico); Nova Odessa (no atual município de Nova Odessa, no 2º distrito); Conde do Pinhal (em Ubatuba, no 6º distrito); Gavião Peixoto (no atual município de Gavião Peixoto, no 4º distrito) e Nova Europa (no atual município de Nova Europa, também no 4º distrito).

Entre 1910 e 1911, foram fundados: Nova Veneza (no atual município de Sumaré, no 2º distrito); Boa vista (em Jacareí, no 1º distrito); Conde do Parnaíba (em Conchal, no 3º distrito);



em Juquiá (em Juquiá, no 6º distrito); Visconde de Indaiatuba (em Mogi-Mirim, no 2º distrito); e Martinho Prado (também em Mogi-Mirim, no 2º distrito) (GADELHA, 1982, 165).

A maior parte destes núcleos estava encravada em terras de grandes fazendas, como é o caso da Sesmaria do Cambuhy, que compreendia cerca de oito fazendas de café, abrangendo terras situadas nos municípios de Araraquara, Matão e Ibitinga. Os três núcleos ali formados (“Gavião Peixoto”, “Nova Paulicéia” e “Nova Europa”) além de estarem encravados em meio a estas fazendas, representavam ponta de lança do povoamento naquela região, situada em pleno coração da zona produtora de café. Era tão difícil atrair pequenos produtores para o local que o governo se viu obrigado a facilitar mais ainda a forma de pagamento dos lotes, além da prevista no decreto que criava estes núcleos (GADELHA, 1982, 240).

Também é o caso da Sesmaria de Conchal, situada no atual município de mesmo nome, cujo retalhamento deu origem aos núcleos de “Martinho Prado Júnior”, “Visconde de Indaiatuba” e “Conde de Parnahyba”. Fundados em terras de antigas factortados pela Estrada de Ferro Funilense, representam o avanço da pequena propriedade em direção a zonas ainda pouco povoadas. Esperava-se que estes núcleos viessem a diminuir o poder de barganha dos trabalhadores das fazendas locais, que frequentemente ameaçavam greves buscando melhores salários (SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, 1914, 200).

Nesta fase, também, a política de núcleos, além de tentar contemplar aos interesses da grande lavoura quanto à flexibilidade dos custos com mão de obra, ainda servia para assistir

e capitalizar fazendeiros falidos ou em grandes dificuldades econômicas e financeiras. O Estado, comprando propriedades ou arcando com os custos do loteamento de terras doadas por grandes proprietários (como foi o caso com os núcleos formados na propriedade do Conselheiro Gavião Peixoto), subsidiava diretamente alguns empresários cafeeiros que ganhavam tanto com a venda dos lotes quanto com a possibilidade de contar com trabalhadores sazonais para as épocas de pico de trabalho:

No entanto, é fácil de ver que a colonização das terras particulares traz a dupla vantagem de facilitar a venda das mesmas, por melhores preços, e de fornecer, nas épocas apropriadas, um bom contingente de braços aos próprios fazendeiros que deles careçam (SECRETARIA dos Negócios da Agricultura, 1908).

Embora a estratégia de criação e instalação de núcleos coloniais tentasse contemplar os interesses da grande lavoura e minimizar o ônus que a política de imigração subvencionada em massa significava para as finanças do Estado, os fazendeiros nunca se convenceram totalmente de suas vantagens. Assim, apesar da criação destes núcleos coloniais por parte do governo, e da iniciativa particular, esses nunca foram assumidos em escala significativa, com um projeto de colonização fornecedor de braços temporários para a lavoura cafeeira.

Em 1911, avaliando a estratégia de criação de núcleos, Pierre Denis indagava: “A criação destas colônias tem fornecido aos fazendeiros de café, como era esperado, uma reserva de trabalho disponível no tempo da colheita? Aqui, novamente, nós teremos de esperar mais alguns anos antes de responder” (DENIS, 1911, 231).

Seis anos depois, no Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, encontramos resposta

para sua indagação:

a experiência não tem desmentido essa afirmação da doutrina. As fazendas situadas nas proximidades de núcleos coloniais ou em cujas redondezas se desenvolveu a pequena propriedade (...) não lutam, pelo menos por ocasião das colheitas, com dificuldades tão grandes como as que assoberbavam os proprietários de terras não favorecidos por aquelas duas condições. (EMIGRAÇÃO INTER-REGIONAL..., 1917, 278)

Logo em seguida, entretanto, o texto do Bole-  
tín acrescentava que se a pequena propriedade (e nela incluídos os núcleos coloniais) não vinha produzindo, na medida desejada, os resultados em relação à mão de obra agrícola, isto era devido a uma destas duas causas:

Ou os grandes fazendeiros não têm sabido aproveitar a vizinhança dos pequenos, obstinando-se na sua immoderada preferência pelos recém chegados; ou os pequenos proprietários têm encontrado para o exercício de sua actividade um campo de tal modo vantajoso, que não lhes sobra tempo ou disposição para acrescentar aos lucros do próprio sitio o salário que o chefe da família, os filhos e os agregados podem ganhar na fazenda mais próxima. (EMIGRAÇÃO INTER-REGIONAL..., 1917, 278)

Se, por um lado, a pequena propriedade era necessária para desonerar a empresa capitalista dos custos de manutenção do trabalhador nas épocas mortas do café, ela impedia, também, a plena proletarização deste trabalhador, pois tendo meios de subsistência, e não dependendo totalmente dos salários, seu poder de barganha seria maior. Assim, os núcleos coloniais, no médio e no longo prazos diminuía a elasticidade da de mão de obra. Tornavam-se incompatíveis com economias altamente exigentes de mão de obra temporária.

Por isso, após a criação desses núcleos, se

estabelece na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo uma discussão acerca da viabilidade de se manter a criação de núcleos coloniais nos moldes que até então se vinha praticando (PAIVA, 1993). A criação e a efetiva instalação de outro Núcleo Colonial em São Paulo somente ocorrerá após um interstício de 19 anos<sup>4</sup>. Nesse novo período, embora os Núcleos Coloniais continuassem a ter por objetivo o favorecimento da acumulação nas atividades econômicas dominantes, a política colonizadora se estabelecerá, como veremos, em bases distintas.

## O Núcleo Colonial Barão de Antonina e a colonização no pós 1930

O fato de a colonização ser, periodicamente, encarada como uma atividade subsidiária à atividade econômica dominante conduziu, no pós 1930, a uma reorganização da política colonizadora. Essa mudança procurou fazer com que os núcleos coloniais passassem a funcionar como elementos de apoio ao desenvolvimento do novo padrão de acumulação urbano-industrial, que se procurava imprimir à economia brasileira.

A nova função atribuída à política colonizadora pode ser observada a partir da experiência do Núcleo Colonial Barão de Antonina (NCBA), uma vez que é possível perceber que nesse núcleo estiveram presentes algumas características econômicas que refletiram as novas preocupações do Estado, no sentido de dirigir o processo de transformação econômica que começava a ocorrer. A observação do NCBA, em seu processo de instalação, funcionamento e evolução, nos permite perceber a preocupação do Estado em construir uma nova política colonizadora que auxiliasse o processo de acumulação industrial e que estabelecesse, também, uma função para

<sup>4</sup> Em 1927, pelo decreto 4226 de 12 de maio, foi criado o Núcleo Colonial Carlos de Campos, na região de Cananeia, existindo inclusive no arquivo da Antiga Hospedaria dos imigrantes um processo relativo ao referido núcleo. No entanto, como desaparecem as referências ao mesmo e ele não figura na relação oficial, foi desconsiderado para os efeitos deste trabalho.

a pequena propriedade agrícola no processo de reorientação econômica que se iniciava.

O NCBA, apesar de ter sido criado e dirigido pela Diretoria de Terras e Colonização (DTC) da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, em julho de 1930, antes, portanto, do movimento de 1930, e de ter sido criação de um governo estadual ainda ligado aos interesses mercantis-exportadores, pode ser considerado um exemplo concreto de novas políticas colonizadoras que foram sendo construídas, no pós 1930, para apoiar a acumulação urbano-industrial, pois foi efetivado a partir de 1931. Nesse período, o estado de São Paulo se encontrava sob intervenção federal e, por isso, a marca distintiva da atuação da Secretaria Estadual da Agricultura de São Paulo passou a ser a federalização de suas políticas.

Mas antes, já a partir da segunda metade da década de 1920, a Secretaria da Agricultura, obedecendo à diversificação econômica provocada pelo desenvolvimento do complexo cafeeiro, com a formação, na capital do estado e seu entorno, de uma importante atividade urbano-industrial passou por uma reorganização institucional, separando-se da Antiga Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas (Lei 2196 de 03 de setembro de 1927).

Essa reorganização institucional não deve ser interpretada como uma alteração meramente administrativa, ela demonstrou o início, embora incipiente da capacidade de intervenção do setor industrial sobre a agricultura:

... no final dos anos 20, os grandes proprietários de terra tinham grande poder e determinavam, quase que sozinhos, a política agrária a ser adotada. Entretanto, gradualmente, foram perdendo seu poder de influência, até o ponto em que o setor industrial passa a ter um peso maior na determinação dessas

políticas”(DOOLES, 1995, 18).

Ao mesmo tempo, a transformação institucional da Secretaria da Agricultura, no final da década de 1920, nos permite perceber que já se antevia “um novo ciclo de desenvolvimento para a agricultura paulista” (GONÇALVES, 1993, 102).

Tais questões favorecem a compreensão da alteração na política colonizadora levada a cabo no período imediatamente anterior a 1930, pois em 1925, quando a Secretaria da Agricultura retomou o debate sobre a criação de novos núcleos coloniais (PAIVA, 1993,54-57; CORRÊA, 1988, p. 34), já não propunha mais criá-los em áreas ligadas às lavouras ou às frentes pioneiras do café, mas, inversamente, em regiões consideradas atrasadas como o Vale do Ribeira, Litoral Sul e Alto Paranapanema.

Essa mudança de perspectiva estava associada ao contexto do período: ao desenvolvimento de atividades urbano-industriais que passavam a exigir uma maior integração de áreas não tocadas pelo capital ou pouco produtoras e consumidoras de mercadorias e ao avanço político da burguesia industrial que passou a ter maior poder de pressão sobre o Estado e a influenciar nas políticas patrocinadas pela Secretaria da Agricultura:

Essa inversão, quanto ao poder de influência, ocorreu no Estado de São Paulo, porém, via órgãos federais, e atingiu seu auge quando as políticas agrárias tornaram-se indispensáveis ao complexo agroindustrial. Passam, então, a depender das políticas agrárias para extrair a maior parte dos excedentes financeiros da agropecuária, através da venda de insumos. Pelo lado das agroindústrias consumidoras de matéria-prima agrícola, sua influência procura se fazer presente na garantia de suprimento de matéria-prima, na ausência de risco e na

redução dos preços pagos ao agricultor. Concomitantemente, a preocupação com alimentação barata se fez sentir como forma de evitar aumentos salariais dos trabalhadores urbanos (DOOLES, 1995, 18-19).

O NCBA representou uma resposta à necessidade de ocupação de uma área considerada de propriedade do Estado e a qual era preciso determinar um aproveitamento produtivo, diferente do existente, caracterizado por uma produção de subsistência.

Por isso não é estranho que uma iniciativa, que visasse beneficiar mais diretamente as atividades urbano-industriais que ganhavam intensidade, tenha partido de um governo estadual comprometido com os interesses da burguesia mercantil-exportadora. Como afirma Rui Albuquerque, a partir da década de 1920, os industriais têxteis já tinham ganhado condições de pressionar para que a agricultura também favorecesse o desenvolvimento urbano-industrial (ALBUQUERQUE, 1982, 131-135), embora, a indústria ainda não tivesse total autonomia frente ao complexo cafeeiro.

Assim, o NCBA nasceu da alteração de orientação da Secretaria da Agricultura em relação às políticas colonizadoras. Alteração que respondia à maior complexidade econômica do período e à entrada em cena de novos agentes sociais, como burguesia industrial, capazes de pressionar o Estado no sentido da defesa dos seus interesses.

Se dessa maneira podemos entender a criação do NCBA anteriormente ao movimento de 1930, a continuidade dessa proposta colonizadora, após o referido movimento, é muito mais facilmente compreensível. Após 1930, os interesses do capital industrial vão cada vez mais se acomodando no aparelho de Estado e o desempe-

nho do setor agrícola vai, paulatinamente, se tornando decisivo para o processo de acumulação industrial. Portanto, é coerente afirmar que, embora sendo uma iniciativa da Secretaria da Agricultura paulista, o NCBA vinculou-se às preocupações do governo federal em subsidiar o processo de industrialização e em afirmar que este núcleo irá se converter, durante o seu processo de funcionamento, em uma espécie de laboratório das políticas colonizadoras que passaram a ser gestadas e amadurecidas no 1º Governo Vargas.

A Secretaria da Agricultura paulista passou, a partir dos anos de 1930, por um forte processo de federalização, perdendo em muito a sua autonomia no tocante à definição de políticas para o setor. A Secretaria da Agricultura paulista passa a ser, fundamentalmente, um órgão de adaptação e de encaminhamento das políticas agrícolas e agrárias definidas em nível federal:

As transformações conformadas na Revolução de 30, alterando o equilíbrio de forças políticas nacionais, representaram a perda de poder relativo por parte do complexo cafeeiro. Da mesma forma, iniciou-se um processo de centralização das decisões na esfera federal, com perda de autonomia pelo poder público paulista. (...) O governo estadual, reduzido a instrumentos de ordem técnica, reestruturou-se para sustentar o avanço da diversificação (GONÇALVES, 1993,102).

Além das preocupações em introduzir novas áreas aos circuitos de reprodução do capital, a Secretaria da Agricultura passa a se ocupar, sobretudo no nível retórico, também de outras preocupações no tocante à agricultura, prescritas pelo governo federal e, dentro destas, podemos destacar: "... uma política de estímulo à policultura, cooperativismo, assistência financeira aos colonos e ao regime de pequena propriedade pelo decreto no. 4.818, de 07/10/31" (GONÇALVES, 1993,103).

A criação do NCBA ocorreu com o decreto 4.740 de 16 de julho de 1930, poucos meses antes, portanto, da chamada Revolução de 1930. No entanto, apesar de alguns trabalhos já terem sido realizados no núcleo e de alguns concessionários já terem se estabelecido anteriormente, a sua instalação efetiva deu-se a partir do início do ano de 1931 (CORRÊA, 1988, 35)<sup>5</sup>, quando novas forças políticas já haviam sido entronizadas no governo federal e o Estado de São Paulo encontrava-se sob intervenção.

A continuidade dada ao NCBA explica-se pelos novos encaminhamentos dados à economia que tornaram a produção destinada ao mercado interno como o seu novo polo dinâmico. Com isso, a ampliação do mercado passou a ser tarefa fundamental. As políticas de colonização, por isso, passaram a ser importantes pontos de preocupações econômicas.

O NCBA foi instalado na região sudoeste do Estado de São Paulo, numa área de 5.800 alqueires, conhecida por Mata dos Índios, no município de Itaporanga. Da área total do núcleo, 20 alqueires foram reservados à construção da sede e os demais divididos em lotes rurais, com no máximo 60 hectares cada (Decreto no. 4740 de 16 de julho de 1930).

Esse núcleo, voltado ao estabelecimento de pequenas propriedades de produção familiar, foi criado logo após a justiça ter decidido que aquelas terras eram de propriedade do Estado. No entanto, tais terras eram ocupadas por posseiros e pouco tempo antes eram áreas de aldeamento indígena, não compondo, assim, uma região despovoada, mas sim uma região que era considerada adormecida.

É importante atentarmos para a

<sup>5</sup> Também Processos NCBA (Hospedaria dos imigrantes): 34/ fevereiro de 1931

sua localização: sudoeste paulista, Alto Paranapanema, região de Itapetininga, município de Itaporanga. Região que nos anos 1930 era considerada marginalizada dos circuitos de reprodução do capital. Era ocupada por posseiros que viviam em economia de subsistência. Assim, no final dos anos de 1920, a maior parte da produção dessa localidade não possuía caráter mercantil. Por isso é possível inferir que a intervenção do estado, com a criação do NCBA, se relaciona com a preocupação em valorizar suas terras e integrá-las à atividade econômica de São Paulo e do país.

Esses eram, também, os princípios que norteavam o discurso oficial da época. Nesse discurso, o núcleo teria como função desenvolver a região, integrando-a à atividade econômica do Estado, e também servir como ponto de partida de uma nova política colonizadora (A Colonização Oficial em São Paulo..., 1940).

O núcleo foi dividido em aproximadamente 400 lotes<sup>6</sup>. Estes lotes seriam vendidos a preços que variavam entre 4, 5 e 9 réis por metro quadrado, de acordo com a avaliação da Diretoria de Terras e Colonização, e deveriam ser pagos em prestações anuais, num prazo de até cinco anos (Decreto 4.740, art. 4<sup>o</sup>). Posteriormente, devido à conjuntura econômica e às dificuldades iniciais dos concessionários de lote, os preços foram reajustados – para 40\$000 a 170\$000, o hectare – e o prazo foi estendido para 10 anos, sendo que a cobrança, em todo núcleo, só atingiu regularidade a partir de 1937 (CORRÊA, 1988, 39-41).

Segundo Dora S. Corrêa:

Não havia na Mata dos Índios apenas um ou

<sup>6</sup> Dora S. Corrêa fala em 402 lotes (360 ocupados e 42 desocupados) em 1940. Com os memoriais de lote, instituídos a partir de 1936, é possível contar 399 lotes ocupados. No entanto, alguns lotes foram inventariados mais de uma vez com numeração diferente. Oficialmente, segundo a sua planta, o núcleo foi dividido em 402 lotes.

dois posseiros: existem referências a pelo menos 40 famílias em 1931, o que representava 10% dos lotes. (...) Serão reconhecidos como antigos moradores da Mata dos Índios, os lavradores que ali habitavam há mais de 15 anos antes da criação do núcleo. (...) Aqueles que chegaram após 1915 eram denominados ‘intrusos’ e foram tratados como os outros colonos, tendo, contudo, o direito de permanecer [desde que pagassem pelo lote] como concessionários no espaço que moravam e produziam suas roças. [...] houve uma reorganização do espaço, impôs-se a monotonia dos lotes retangulares com extensões parecidas, sobre uma área dominada por posses com desenhos e extensões extremamente variadas. Em realidade, reorganizar não é o termo certo, uma vez que ele implica no reconhecimento, pelos planejadores, de uma ocupação anterior, mas não foi isso que ocorreu...(CORRÊA, 1988, 37-38)

Esses aspectos são importantes pois a expulsão dos posseiros, ou a sua conversão em concessionários pagantes dos lotes, e a atração de novos moradores que teriam que pagar pelas suas terras, constituem a base da inserção econômica dessa região.

A necessidade de pagamento dos lotes em prestações anuais foi o instrumento privilegiado da transformação da produção local, fundamentalmente familiar de subsistência, em uma produção familiar mercantil. Como o colono necessitava ter, no momento da cobrança, recursos monetários suficientes para quitar sua dívida com o Estado, uma parcela significativa da produção de seu lote deveria ser vendida.

A necessidade de transformação de sua produção em dinheiro levava os concessionários a produzirem mercadorias agrícolas que estivessem sendo demandadas no mercado. A produção possível de ser realizada em moldes tradicionais por pequenos proprietários, que era procurada

pelo mercado e que foi também estimulada pela direção do núcleo e pela Secretaria da Agricultura, até meados da década de 1940, era o algodão.

A ação do Estado em reorganizar o espaço, em intervir nas relações locais de propriedade, expropriando, mesmo que legalmente, os antigos posseiros e convertendo os novos concessionários em pequenos proprietários produtores de algodão, foram fatores fundamentais para a subsunção da região onde se localizava o núcleo e de seus novos habitantes ao capital industrial.

A necessidade da venda de sua produção algodoeira, fator fundamental da possibilidade de pagamento do lote, impunha que os concessionários de lote tivessem de combinar esta produção destinada ao mercado com uma pequena policultura, destinada, prioritariamente, ao abastecimento doméstico e à criação de seus animais. A policultura de subsistência garantiria a reprodução da força de trabalho do concessionário e de sua família. O algodão pareceria, dessa forma, como “uma produção a mais” e a sua venda como garantidora da aquisição da propriedade.

No início de sua instalação, o NCBA foi ocupado por militares, que fizeram trabalhos importantes para o estabelecimento da infraestrutura do núcleo. Conservados pelo governo em regime militar sob a denominação de “Colônia Militar Mata dos Índios”, prestaram no núcleo os seguintes serviços: reconstrução da estrada de rodagem Itararé – Itaporanga; construção de 60 quilômetros de estradas internas do núcleo, aproveitando-as, também, para ligar a cidade paulista de Itaporanga à de Salto do Itararé, no Paraná, e ao Porto do Rio Verde, onde encontrava-se instalada a Usina Elétrica Companhia Sul Paulista; derrubada de aproximadamente 50 alqueires de mata e roça do terreno destinado à sede do NCBA<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> *Processos do NCBA (Hospedaria dos imigrantes): número 46/ fevereiro de 1931.*

Em agosto de 1931, a Colônia Militar foi extinta—Porém, durante a estada dos militares no NCBA, chegou a ser ensaiada a criação de uma cooperativa, a “Cooperativa Agrícola da Mata dos Índios”. A cooperativa não vingou. O fechamento da cooperativa deu-se pelo Diretor da DTC a partir da seguinte justificativa: “uma organização perfeitamente autônoma constituída por uma sociedade civil, industrial e comercial configurava-se inconveniente, à medida que a prosperidade dos núcleos advém comprovadamente do trabalho das famílias”<sup>8</sup>.

A inexistência de uma cooperativa agrícola foi um elemento que impossibilitou que os lotistas tivessem, durante toda a existência do núcleo, condições de interferir, mais decisivamente, na definição dos preços das mercadorias produzidas no núcleo.

Dessa forma, submetidos a um regime de oligopsônio, impossibilitados de se organizarem em cooperativas agrícolas e premidos pela necessidade de quitar as dívidas referentes à aquisição dos lotes, os pequenos proprietários do núcleo tinham pouco, ou nenhum, poder de barganha na venda de sua produção. Eram obrigados a vendê-la pelo menor preço possível. É assim que o NCBA se mostra funcional ao processo de acumulação, nucleado pelo capital industrial, que deslanchou no pós 1930.

Isso porque a produção do algodão, com caráter comercial, só seria possível com o aumento da jornada de trabalho familiar do concessionário, já que a produção policultora dos lotes permitia a reprodução da força de trabalho familiar, mas não possibilitava o pagamento das prestações do lote. Assim, o algodão, mercadoria valiosa para o processo de industrialização que se iniciava, colocado no mercado e adquirido por preços baixos, não incorporava o valor resultante

8 Processos do NCBA (Hospedaria dos imigrantes): 1858/novembro de 1934.

deste aumento de jornada de trabalho. Ele apareceria como um excedente, às necessidades de sobrevivência do lotista, como o fator responsável pela possibilidade de aquisição das terras.

Esse excedente era, em realidade, apropriado, quase em sua totalidade, pelos seus compradores: constituídos por indústrias têxteis, exportadores, ou “maquinistas”, sendo que estes últimos, no final da década de 1930 e principalmente na 1ª metade da década de 1940, eram quase sempre “testas de ferro” das grandes empresas de industrialização e comercialização do algodão (ALBUQUERQUE, 1982). Tal fato era uma forma de rebaixar o valor monetário da matéria-prima de indústrias têxteis e alimentícias.

Compreendemos, assim, o porquê da continuidade dessa experiência colonizadora. Ela seria um ensaio de como a colonização poderia adequar-se ao novo padrão de acumulação iniciado no pós 1930. Pode-se objetar que essa experiência seria muito limitada para caracterizá-la como a incorporação dos núcleos coloniais oficiais num processo de acumulação capitalista, nucleada pelo capital industrial. Todavia, o que se pretendia com o NCBA, era utilizá-lo como “um ponto de partida para uma nova política colonizadora”. (Boletim SIC, outubro 1940)

A produção do algodão é fator importante para esclarecer aspectos relativos à criação, localização e estruturação do NCBA. É importante lembrar que o município de Itaporanga pertencia, na época, à chamada região de Itapetininga, denominada como 4º distrito e/ou Zona Sul. Essa era uma região tradicional na produção algodoeira do Estado.

Além disso, essa região também possuía relativa proximidade com a parte sul do 5º Distrito (a chamada Zona Nova) para onde já se percebia a movimentação da produção algodoeira.



**Quadro 1 - Fábricas de óleos vegetais existentes no estado de São Paulo em 1923 – Matéria-Prima = Algodão**

Proprietários	Matéria-prima	Produção Óleo(ton.)	Produção Torta (ton.)
Gamba	Caroço do algodão	2.600	8.000
I.R.F. Matarazzo	Caroço do algodão	3.500	12.000
Scarpa (Sorocaba)	Caroço do algodão	3.000	7.000
Soares Hungria (Itapetininga)	Caroço do algodão	750	350
Cia. Agric.de Aterradinho	Caroço do algodão	350	1.400
Manuel Guedes (Tatuí)	Caroço do algodão	200	—
Talfek	Caroço do algodão	200	—
Mac Donald	Caroço do algodão	180	—

Fonte: Relatório da Directoria – exercício de 1923, BMSP (1924). Apud: ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de. *Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1982, p. 132.*

ra em meados da década de 1920 e era servido pela mesma companhia de Estrada de Ferro, a Sorocabana, que possuía um ramal que se dirigia a Itararé que estava aproximadamente 80 quilômetros da sede do NCBA <sup>9</sup>:

Pode-se notar inicialmente que no período de ocupação de 1920 a 1930 ocorreu essencialmente uma ocupação intensiva dos estabelecimentos agrícolas. (...) Esse dinamismo da década de 1920 manteve - se (grifo do autor) na década de 1930, não obstante a crise, dando origem a um acréscimo ainda maior na ocupação da área do Estado por estabelecimentos agropecuários, da ordem de 17%, com uma ampliação da área cultivada de 26%. E neste caso observa-se novamente o comportamento determinante da Zona Nova: tanto a apropriação de terra, como a área cultivada cresceram 40%. Esta ‘marcha para o Oeste’, que já vinha da década anterior, apoiou-se, um pouco no café (...) e principalmente no algodão, que em 1937-38 já estava ocupando mais de 500.000 hectares. (...) A região da Estrada de Ferro Sorocabana, que além da parte sul da Zona Nova serve também ao distrito sediado por Itapetininga, foi responsável no triênio 1923-26 pela produção de mais da metade das safras anuais, que ficavam em torno da média de 23 mil toneladas de algodão em caroço (ALBUQUERQUE, 1982,

149-151).

Nessa época, além da produção têxtil, o algodão respondia por 95% do óleo comestível e era importante insumo na fabricação de ração animal e adubo orgânico, a torta de algodão (ALBUQUERQUE, 1982, 131) e a necessidade do algodão, para as indústrias de produtos comestíveis, era crescente. Dessas indústrias, três, das maiores: Scarpa, Soares Hungria e Companhia Agrícola de Aterradinho, situavam-se na região do 4º distrito, a qual pertencia Itaporanga. Conforme se observa no Quadro 1.

O algodão, por sua vez, é reconhecidamente uma produção de pequenos proprietários e, tradicionalmente, em São Paulo, a sua produção encontrou-se a cargo deste tipo de produtor: “...O plantador de algodão é essencialmente um sitiante, um homem que reside no local, que cultiva ele mesmo solo, seja ou não proprietário. (...) A vantagem do algodão sobre o café é que não imobiliza nem exige capital e que produz em alguns meses” (MONBEIG, 1994, 281-283).

É claramente possível afirmar que as questões, anteriormente desenvolvidas e relacionadas à problemática do algodão, somaram-se à preocupação, existente no período, em dar uma

<sup>9</sup> Processos do NCBA (Hospedaria dos imigrantes): 34/fevereiro de 1931 e 36/abril de 1931.

nova caracterização à região sudoeste do Estado de São Paulo, identificada como uma região em estado de crônica estagnação.

## Considerações finais

Este artigo procurou caracterizar os núcleos coloniais criados e efetivados no Estado de São Paulo em dois períodos bastante distintos, no pré e no pós 1930, ao mesmo tempo, como formas de ocupação econômica de determinadas áreas com atividades complementares e como espaços de testes e de verificação da adequação de determinadas propostas e iniciativas. Em ambas as situações, os núcleos coloniais se voltavam a favorecer o desenvolvimento da atividade econômica dominante.

Concretamente, no caso dos núcleos coloniais apresentados no período anterior a 1930, o trabalho procurou argumentar a sua importância nos processos de acumulação de capital na economia cafeeira, a partir da tentativa, não tão bem-sucedida, de torná-los reservatórios de mão de obra para a lavoura cafeeira. A partir da experiência da instalação de núcleos coloniais no interior de importantes áreas de produção de café, buscou-se verificar a possibilidade desses núcleos se converterem em fornecedores de abundante mão de obra temporária, para os momentos de pico da produção cafeeira, ampliando assim a flexibilidade no uso da força de trabalho, o que levaria a uma diminuição dos custos da produção das grandes lavouras.

Tal iniciativa era uma tentativa dos representantes da burguesia cafeeira em resolver um dos seus maiores problemas: a pequena flexibilidade na oferta de força de trabalho à cafeicultura frente à sazonalidade do processo produtivo do café. A experiência dos núcleos coloniais criados entre 1897 e 1911 embora tenha garantido certa flexibilidade na oferta de trabalhadores às fazendas de algumas regiões nos

períodos de pico, enfrentou resistência entre a burguesia cafeeira por apresentar uma importante contradição: dificultava a total proletarização dos trabalhadores rurais. Entretanto, é evidente que tal política de criação de núcleos coloniais objetivava favorecer a acumulação de capital no complexo cafeeiro.

Desta forma, a criação de núcleos coloniais foi suspensa até 1930, quando se desenvolveu uma política colonizadora com novas perspectivas. Essas novas diretrizes estabelecidas à colonização no Estado em São Paulo ficaram evidenciadas na efetivação, após 1931, do Núcleo Colonial Barão de Antonina.

O NCBA foi criado numa região considerada adormecida, próxima a uma importante, embora decadente, zona de produção algodoeira. Tal zona, no entanto, preservava empresas que utilizavam o algodão como matéria prima importante. Na sua constituição, ele foi estabelecido como um núcleo produtor de algodão. Ao substituir os antigos posseiros por pequenos proprietários familiares que tinham de pagar pela concessão de seus lotes, obrigava esses pequenos proprietários a se tornarem, ao contrário dos antigos posseiros, produtores, vendedores e consumidores de mercadorias, introduzindo, assim, aquela parte da região sudoeste do estado de São Paulo de maneira mais decisiva nos circuitos de reprodução econômica. Isto significou a extensão das formas capitalistas de produção e propriedade naquele espaço.

Por não haver previsões de formas alternativas de comercialização das mercadorias agrícolas produzidas no núcleo, permitiu-se uma exploração de seus concessionários e a transferência significativa da renda lá produzida.

Dessa forma, a avaliação da experiência do NCBA nos permitiu a percepção da construção

ção e da aplicação concreta dos princípios gerais de uma política colonizadora voltada a subsidiar o processo de diversificação econômica nucleado pela Industrialização.

A análise da política colonizadora em São Paulo em dois momentos bastante distintos permite perceber que essas políticas apresentaram características também bastantes distintas. Entretanto, tais distinções na formulação e execução da política colonizadora têm, por fundo, um elemento de continuidade: a colonização no estado de São Paulo esteve sempre voltada a favorecer a acumulação de capital na atividade econômica dominante. No primeiro momento, no complexo cafeeiro, já que a economia brasileira, e paulista em particular, apresentava um caráter primário-exportador. No segundo momento, no setor industrial, visto que no pós 1930, a economia brasileira passou a trilhar um novo padrão de acumulação, nucleado pela industrialização, que tendeu a se centralizar em São Paulo, ao longo do restante do século XX.

## Referências bibliográficas

A Colonização oficial em São Paulo e o Núcleo Colonial Barão de Antonina - Boletim do SIC, outubro de 1940.

ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de. Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1982.

CARMO, A. Gomes: Uma visita a fazenda do Sr. Carlos Botelho – cultura racional do café. In: Revista Agrícola. São Paulo, anno IV, no. 46, 1899.

CORRÊA, Dora S. O núcleo colonial Barão de Antonina. (Dissertação de Mestrado em História). São Paulo: USP, 1988.

DECRETO n. 1.355 de 10 de abril de 1906, que cria a Agencia Official de Colonisação e Trabalho In: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Boletim da Agricultura. Anno de 1906. São Paulo: Red. da “Revista Agrícola”, 7a serie, n. 4, abril de 1906, p. 145-154.

DENIS, Pierre. Brazil. 1911.

DOOLES, Richard Domingues. Políticas Estaduais para a Agricultura: São Paulo, 1930-80. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola (Coleção Estudos Agrícolas, 3), 1995.

DUARTE, Carlos. Considerações sobre a cultura mechanica do cafeeiro. In: Boletim da Agricultura. Anno de 1913. São Paulo: 14ª. Série, no. 5.

Emigração inter-regional para as colheitas. In: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Boletim estadual do trabalho, ano 7, no. 23, 2º trim 1917, p. 275-283.

FALEIROS, Rogério NASQUES. Fronteira do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937). (Tese de Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 2007.

FAUCHÈRE, A. Melhoramentos possiveis diante da situação econômica. In: Boletim da Agricultura. Anno de 1914. São Paulo: 15ª. Série, no. 4-5.

FERLINI, Vera L. A. e FILLIPINI, Elizabeth “Os Núcleos Coloniais em Perspectiva Historiográfica” In: Revista Brasileira de História Nos. 25/26, São Paulo: Marco Zero, 1.993.

GADELHA, Regina Maria D’ Aquino Fonseca. Os núcleos coloniais e a acumulação cafeeira (1895 -1920): contribuição ao estudo da colonização. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982, Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo.

GONÇALVES, José Sidnei A agricultura paulista: a ação estatal na construção da modernidade. In: São Paulo em perspectiva: o agrário paulista. Fundação SEADE, jul/set de 1993, vol. 7, no. 3.

HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KULMANN, Alberto. Imigração. In: Revista Agrícola, São Paulo: Ano VI, suplemento do no. 69, 15 abr 1901.

Lei 2196 de 03 de setembro de 1927.

MALTA, Francisco de Toledo. Homestead In: Revista Agrícola, São Paulo, anno X, n. 114

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. 2 ed. São Paulo: Pólis/Hucitec, 1994.

PAIVA, Odair da Cruz. A colonização Oficial: Um Projeto Modernizador, Litoral Sul e Vale do Ribeira de Iguape nas Décadas de 1.930 e 1.940.(Dissertação de Mestrado em Sociologia). Campinas: Unicamp, 1993.

PEIXOTO, B. A. Gavião. O povoamento do solo. Cartas dos srs. Visconde de Ouro Preto e Conselheiro Gavião Peixoto sobre o assumpto” In: Revista Agrícola, São Paulo, ano X, n. 114, 15 jan 1905.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração In: História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano, tomo III, vol. 2 (Sociedade e Instituições, 1889-1930), São Paulo: Difel, 1985.

SALLUM JR, Brasília. Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado de São Paulo, pelo Dr. Carlos Botelho, Secretario da Agricultura. Anno 1904. São Paulo: Typographia Brazil, 1905.

Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado de São Paulo, pelo Dr. Carlos Botelho, Secretario da Agricultura. Anno 1907. São Paulo: Typ. Brazil, 1908.

Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Relatório apresentado ao Dr. M. J. Albuquerque Lins, presidente do Estado, pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues, secretario da Agricultura. Anno de 1908. São Paulo: Typ. Brasil, 1909.

Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Relatório de 1903 pelo Dr. Luiz de T. Piza e Almeida, Secretario da Agricultura. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1904.

Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Relatório apresentado ao Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, vice-presidente do Estado em exercício, pelo Dr. Paulo de Moraes Barros, secretario de Estado. Annos de 1912-1913. São Paulo: Typ. Brasil, 1914.

STOLCKE, Verena; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 3, n. 6, set. 1983, p. 80-120.

TESSARI, Cláudia Alessandra. *Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. São Paulo: Alameda, 2012.

